



XXI REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Praia, Cabo Verde, 25 de maio de 2022

DECLARAÇÃO FINAL

Realizou-se, a 25 de maio de 2022, a XXI Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (MDN/CPLP).

Estiveram presentes o Representante do Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de **Angola**, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga; o Representante do Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do **Brasil**, Tenente-Brigadeiro do Ar, Hudson Costa Potiguara; a Ministra do Estado e da Defesa Nacional da República de **Cabo Verde**, Dr.^a Janine Lélis; o Representante do Ministro da Defesa Nacional da República da **Guiné Equatorial**, Vice-Ministro Candido Ncogo ENGONO NCHAMA; o Representante do Ministro da Defesa Nacional da República de **Moçambique**, Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa; a Ministra da Defesa Nacional da **República Portuguesa**, Professora Doutora Helena Carreiras; o Ministro da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de **São Tomé e Príncipe**, Doutor Jorge Amado. Guiné-Bissau e Timor-Leste não estiveram representados.

Participaram, ainda, o Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP), Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e as Representantes do Núcleo Permanente do SPAD, Dr.^a Maria do Rosário Penedos e Dr.^a Iara Silva Campos, que secretariam a Reunião.

Na sessão solene de abertura foi passada uma mensagem audiovisual do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias da Costa, onde sublinhou a importância dos temas em agenda para o reforço da cooperação no setor da defesa e destacou os avanços registados em matéria de cooperação no domínio das Operações de Paz das Nações Unidas. Considerou que, a par com os Exercícios Felino, esta vertente pode abrir caminho a um emprego conjunto de forças militares de Estados-Membros da CPLP, contribuindo para a visibilidade da componente de defesa e para reafirmar a CPLP no panorama internacional, no quadro do qual a Organização tem vindo a granjear uma projeção crescente, como demonstra o elevado número de observadores associados de que dispõe atualmente: 32, dos quais 28 Estados e 4 organizações internacionais. Referiu-se, também, à possibilidade de alinhamento da



Presidência da Componente de Defesa com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, habitualmente denominada a 'Presidência em exercício' da Organização, recordando que este alinhamento tem vindo a ocorrer em outros setores cuja cooperação precedeu a criação da CPLP, o que decorrerá da desejável consolidação institucional da própria Organização. Considerou, ainda, que este alinhamento poderá ser vantajoso na medida em que oferece ao Estado-Membro que preside a possibilidade de definir a agenda do biénio em todos os setores da Organização, facilitando o planeamento das ações e ampliando as sinergias intersectoriais.

Congratulou-se com o trabalho desenvolvido no domínio de resposta a catástrofes e situações de emergência, para o qual a componente de defesa deu um contributo fundamental, e lembrou que o tema permanece na agenda da Organização. No seguimento da resolução sobre o Reforço da Cooperação em Situações de Catástrofe, aprovada na XXV Reunião do Conselho de Ministros, deverá agora ser elaborado um documento orientador, cujo objetivo é consolidar a cooperação nesta área, sendo para isso importante promover uma articulação intersectorial, para a qual o contributo da Defesa será imprescindível. Por último, reiterou o empenho do Secretariado Executivo da CPLP em prosseguir com o aprofundamento da colaboração com a componente de Defesa, tendo destacado as diversas iniciativas realizadas em parceria, e renovou a total disponibilidade para acolher no portal da CPLP um canal dedicado exclusivamente à cooperação em matéria de defesa.

Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência da Ministra de Estado e da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, Dr.^a Janine Tatiana Santos Lélis, que, dirigindo-se aos presentes, desejou as boas-vindas, manifestando especial agrado pela realização presencial desta Reunião e valorizando o esforço de todos, nesse sentido.

Felicitou o Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil, na pessoa do seu Representante, pelo competente exercício da Presidência deste órgão, em 2021, passando-lhe a palavra.

O Representante do Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil, saudando os/as presentes e, em especial, a Ministra da Defesa Nacional de Cabo Verde, e atual Presidente do Órgão, agradeceu a receção, destacando a realização da XIV Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional, ocorrida na cidade de Salvador – Bahia, no mês de outubro do ano passado e enfatizando as resoluções emanadas daquele encontro, nomeadamente no âmbito das duas Propostas que iremos analisar nesta XXI Reunião de MDN/CPLP.

BE → JAT 2



Efetuada a transferência da Presidência, a nova Presidente, Dra. Janine Lélis, deu início aos trabalhos com a Aprovação da Agenda.

Ponto 1. Aprovação da Agenda de Trabalhos

A Senhora Ministra do Estado, da Defesa e da Coesão Territorial da República de Cabo Verde submeteu à apreciação a Agenda de Trabalhos, que foi aprovada por consenso (**Anexo A**).

Ponto 2. Análise das questões internacionais e das implicações político-militares no contexto regional para os Estados-Membros da CPLP

2.1 Informe do Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP

O Presidente do Órgão deu a palavra ao Diretor do CAE, que apresentou um sucinto informe sobre esta temática, tendo abordado a conjuntura das seguintes regiões: **África Austral**, a relativa estabilidade político-securitária, ainda que identificando alguns desafios na estratégia de prevenção e combate ao terrorismo, tendo dando nota de que a situação de insegurança sentida na província de Cabo Delgado, a Norte de Moçambique, tenderia a estabilizar-se, refletindo a conjugação dos esforços internos, regionais (por exemplo, através da Missão Militar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral em Moçambique - SAMIM), e internacionais (apoio militar do Ruanda e da União Europeia, através da Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique - EUTM-MOZ); **África Central**, reconhecida como uma região de crescente interesse económico das grandes potências e caracterizada ainda pelos conflitos armados, com destaque para as sub-regiões dos Grandes Lagos e do Golfo da Guiné, tendo frisado o ativo papel que Angola vem desempenhado na securitização da região; **África Ocidental**, a paz e segurança nesta região como preocupação constante, tendo recordado a tentativa de golpe de Estado de que a Guiné-Bissau foi alvo, no passado mês de fevereiro, e aludido ao contributo da CEDEAO para a paz e a segurança regional; **Europa**, mencionando o conflito na Ucrânia, marcado pela morte de mais de 2000 civis e por colocar mais de 5 milhões de pessoas como refugiados nos países vizinhos; a resposta do Ocidente a esta invasão, enfatizando as sanções, o pedido formal de adesão da Ucrânia à União Europeia, a Resolução do Parlamento Europeu sobre a agressão russa contra a Ucrânia; e recordando o papel de países europeus, como Portugal, no apoio à Ucrânia, nomeadamente, no acolhimento de refugiados; **Sudeste Asiático**, revelando a vontade de neutralidade da maioria dos países da região,

da
j



face à crescente polarização estratégica que o conflito Rússia-Ucrânia tem provocado, e destacando a notória estabilidade político e securitária em Timor-Leste, não obstante o período de pleito eleitoral; e a **América do Sul**, enquanto região de interesse geopolítico e geoeconómico para grandes potências globais, nomeadamente os EUA e a China. O Brasil tem sido um ator de grande relevância para a estabilização na região, não obstante a aproximação do período eleitoral, em outubro próximo. **(Anexo B)**

2.2 Intervenção dos Ministros

Em seguida, todos os/as Ministros/as ou seus/suas Representantes proferiram as suas intervenções, apensadas à presente Declaração Final **(Anexos C, D, E, F, G, H e I)**.

O Representante do Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga assinalou que a situação política de Angola é dominada pelo estado de preparação das eleições gerais que terão lugar em agosto de 2022. O processo de registo eleitoral oficioso foi encerrado bem como foi aprovada toda a legislação conducente a realização do evento e salientou que pela primeira vez na história de Angola, os angolanos residentes na diáspora poderão exercer esse direito cívico.

Destacou que no quadro da estabilidade dos países da Conferência Internacional Sobre a Região dos Grandes Lagos e sob os auspícios da presidência rotativa dessa região, Sua Excelência o Presidente da República da Angola contribuiu para a reabertura em 2022 do posto fronteiriço de Gatuna-Katuna, entre o Ruanda e o Uganda, e Angola participa com outros países do comité tripartido (Angola, Ruanda e República Centro Africana), na implementação do roteiro para a paz na República Centro Africana.

Salientou também a iniciativa do Presidente da República de Angola João Manuel Gonçalves Lourenço de propor junto da Sede da União Africana a realização de uma Cimeira de Líderes Africanos sobre o Terrorismo e que após aprovação daquela Instância, abordará também a situação das mudanças inconstitucionais que tem se registado em Africa na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA, agendada para os dias 27 e 28 de maio em Malabo, Guiné Equatorial.

O Representante do Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil, Tenente-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara abordou em sua análise a importância do Atlântico Sul e as preocupações envolvendo a segurança marítima na região do Golfo da Guiné.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.



Ressaltou que o Atlântico Sul vem adquirindo, nas últimas décadas, ainda mais importância, especialmente em decorrência da descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné e em outras áreas da costa oeste da África, bem como na plataforma continental do Brasil. Quanto ao Golfo da Guiné, citou que devido à sua posição geográfica privilegiada, além das extensas reservas de petróleo, a região apresenta um imenso potencial para o comércio marítimo, associando-se diretamente à extração de recursos naturais e ao escoamento da produção e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico dos países da região.

Além disso, frisou a importância da Região Amazônica, que compreende o abrigo da maior biodiversidade do planeta, entre plantas, animais e microrganismos. O valor inestimável da biodiversidade dessa Floresta torna a Amazônia, naturalmente, um ativo de enorme interesse global, o que aumenta ainda mais a responsabilidade e atenção do Brasil para com a sua proteção

A Ministra de Estado e da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, Dr.^a Janine Tatiana Santos Lélis, expressou preocupação com o agravamento da situação atual, pelo cenário de guerra na Ucrânia, a crise alimentar e de combustível que já atinge proporções preocupantes. Assinalou que para ultrapassar essas situações a CPLP deve trabalhar para o desenvolvimento das capacidades internas e intracomunitária, unindo os esforços na procura das melhores soluções e amparando mutuamente lá onde for possível e necessário.

Destacou também a importância dos eventos levados a cabo pela CPLP como os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da série FELINO, bem como a possibilidade da constituição de uma célula CIMIC da CPLP. Defendeu também que é preciso treinar mais efetivos da CPLP afim de atingir uma maior interoperabilidade.

Salientou, também, a importância do investimento em formações técnicas especializadas, em reuniões permanentes entre os vários órgãos da componente defesa, para além da realização dos exercícios militares, pois só assim será possível contruir uma Defesa robusta e preparada para os novos desafios, destacando também como importantíssima a decisão tomada quanto ao alinhamento da presidência da componente defesa com a presidência da conferência dos chefes de Estado e do governo da CPLP.

O Representante do Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné Equatorial, Vice-Ministro Candido Ncogo Engono Nchama, salientou que a situação de estabilidade de que goza Guiné Equatorial faz com que seja um destino privilegiado para acolher os grandes eventos internacionais da

5



CPLP, Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), União Africana e as Nações Unidas.

Adiantou que este ano se prevê a realização de eleições municipais, legislativas e senatoriais e para um desfecho feliz, as Forças Armadas e as Forças de Segurança Nacional já têm preparados os seus planos de segurança a nível nacional e local. Também referiu que, por outro lado, a existência de uma constante instabilidade no Golfo da Guiné causada pela crescente atividade de pirataria, constitui uma grande ameaça para suas economias e segurança regional, pelo que este tema requer atenção da comunidade internacional porque a maior parte do comércio está no mar.

Anunciou, ainda, que é motivo de satisfação dar a conhecer aos Ministros de Defesa que, após a consulta a nível hierárquico, recebeu aprovação para o acolhimento, em Malabo, da próxima Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP, bem assim para aprovação da proposta de criação de uma célula CIMIC/CPLP sobre as operações das nações unidas para onde serão designados efetivos militares das suas Forças Armadas, estando disponível para nomear militares para integrar essa bolsa e a confirmação de que o exercício Felino 2024 da CPLP, modalidade carta, se realiza na Guiné Equatorial.

O Representante do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa, caracterizou a situação política, socioeconómica e de segurança de Moçambique, como estável, com as instituições do Estado a funcionar em pleno não obstante alguns fenómenos multifacetados que desafiam a prossecução dos objetivos da defesa nacional, como o terrorismo, imigração legal, tráfico de drogas, os ciber-ataques e os eventos climáticos.

Referiu-se, particularmente, à ocorrência de ações terroristas em alguns distritos da Província de Cabo Delgado e com vista a responder a esses atos de violência extrema, o Estado moçambicano privilegia uma abordagem multidimensional que consiste na resposta militar e implementação de programas de desenvolvimento os locais afetados com vista a criar resiliência no seio das comunidades. Contudo, por se tratar de uma ameaça de dimensão transnacional, cujo a resposta supera a capacidade individual de qualquer estado, o Governo de Moçambique solicitou apoio militar externo, que culminou com a intervenção da Força de Defesa do Ruanda e da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM), ademais, Moçambique está a beneficiar-se do apoio no âmbito da formação, prestado pelos Estados Unidos da América e pela União Europeia (EUTM- Moçambique), que tem elevado a capacidade combativa das Forças de Defesa e Segurança.



Realçou que como resultado da convergência das capacidades internas e externas, têm sido registados ganhos significativos no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado. Na mesma senda, aludiu programas de intervenção social e económica, agregados no Plano de Reconstrução de Cabo Delgado 2020-2024.

A Ministra da Defesa Nacional da República Portuguesa, Professora Doutora Helena Carreiras, frisou que para Portugal, tal como para muitos dos parceiros da CPLP, o Atlântico é um dos principais espaços de interesse estratégico. Nele se definem algumas das principais oportunidades de cooperação e de desenvolvimento socioeconómico, mas também algumas das principais fontes de insegurança. Portugal continua empenhado na segurança deste espaço comum, aprofundando as importantes relações de defesa com os seus parceiros da CPLP e potenciando o papel de cada um no seu contexto regional respetivo. Exemplo disto é o Centro do Atlântico, projeto liderado por Portugal, cujo objetivo central é o de promover o desenvolvimento de uma comunidade atlântica, empenhada na segurança deste espaço comum, de norte a sul, de este a oeste.

Considerou fundamental que os países da CPLP tenham um papel central neste projeto, não só em termos da sua valorização como instrumento na criação de capacidades e reforço da soberania de cada um, mas também como uma plataforma de diálogo e de suporte às iniciativas regionais já existentes. Sublinhou que o papel do setor da Defesa é particularmente importante para o esforço global e conjunto da comunidade internacional com vista a dar resposta às consequências mundiais da invasão ilegal e não provocada da Ucrânia pela Rússia, designadamente a severa crise humanitária e os fortes impactos a nível da segurança alimentar. Assinalou que a Comunidade CPLP e as suas Forças Armadas devem conseguir demonstrar a sua capacidade de trabalhar em conjunto e continuar a aprofundar a sua cooperação. Saliou, ainda, que a promoção da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, alinhada com o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade de Portugal é parte ativa da política externa de defesa de Portugal. Os planos de ação são ferramentas essenciais para a operacionalização desta agenda internacional e, por isso, a aprovação no ano passado, sob proposta de Portugal, do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução 1325 constituiu um marco importante, que deve ser acompanhado de forma eficaz.

O Ministro da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Doutor Jorge Amado, referiu que o mundo está em permanente mutação, o que tem colocado o país perante um elevado grau de incertezas e conseqüente imprevisibilidade. Os conflitos e tensões continuam um pouco por todo o mundo, muitos deles com implicações diretas ou indiretas para os países da CPLP.



Novas ameaças emergem e novas formas de fazer a guerra são assumidas por entidades não estatais, por atores individuais e até por alguns Estados.

Considerou que é neste cenário de mudanças constantes e de carácter global que os Estados tendem a desenvolver as suas áreas de interesse estratégico, bem como as relações externas de defesa, tanto no plano multilateral, como no plano bilateral. É também neste quadro que as organizações internacionais e regionais, incluindo a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, são chamadas a intervir com redobrados esforços e uma maior exigência de capacidades e Forças Armadas mais aptas a responder aos desafios que se lhes colocam, sem perder de vista o mundo e a sub-região em que estamos inseridos.

Sublinhou que, em São Tomé e Príncipe, o ano iniciou com fortes chuvas que abalaram o país, provocando avultados prejuízos materiais e humanos. Confirmou a previsão para setembro próximo de eleições legislativas, autárquicas e regionais, para as quais as Forças Armadas são chamadas a desempenhar um papel crucial. Concluiu com uma referência à situação epidemiológica no país, constatando uma expressiva redução do número de casos positivos de COVID-19 e o aumento considerável da taxa de vacinação.

Ponto 3. Discussão e aprovação de propostas submetidas ao atual ciclo de decisão:

A Ministra Janine Lélis colocou à discussão e aprovação as propostas contantes do ponto 3 da Agenda, tenho convidado o Núcleo Permanente do SPAD a apresentar sumariamente as referidas propostas para melhor enquadramento do ponto.

3.1. Proposta do Grupo de Trabalho para Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (GTOP) para a constituição de uma célula CIMIC/CPLP;

A Dr.^a Maria do Rosário Penedos abordou o trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de trabalho para reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas, desde o mandato recebido na XIV reunião de Diretores de Política de Defesa de outubro de 2021. O trabalho desenvolvido desde então culminou com a presente proposta de constituição de uma célula CIMIC/CPLP. Explicou o racional subjacente à proposta e a oportunidade que possibilitaria, por um



lado, na capacitação das Forças Armadas dos Estados-Membros nesta área específica, bem como na sua consequente interoperabilidade e capacidade de projeção conjunta em operações de paz. Terminou, referindo que a proposta havia sido aprovada e validada pelos vários Órgãos do ciclo de decisão da Componente de Defesa (**Anexo J**).

Os Estados-Membros foram unânimes no mérito da proposta e da iniciativa, tendo sido assim aprovada, e recomendado ao Grupo de Trabalho a continuação dos trabalhos necessários para a sua implementação. A Ministra da Defesa Nacional de Portugal reiterou a importância deste primeiro passo no emprego e projeção conjunta de militares da CPLP e disponibilizou formação nesta área específica pelo Instituto Universitário Militar.

3.2. Proposta de Declaração sobre o alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;

A Declaração sobre a Proposta de alinhamento das presidências também foi objeto de uma breve apresentação, tendo a Dra. Maria do Rosário Penedos recordado a intenção com que havia sido proposta e acordada na XIV reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional de outubro de 2021, em Salvador.

A proposta criará uma Presidência da Componente de Defesa que será, por inerência, assegurada pelo Estado-Membro que assumirá a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, por um período de dois anos. Este alinhamento afetará as Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados e a Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados, imediatamente anterior, que passarão a ser acolhidas pelo Estado-Membro que Preside à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. A realização das Reuniões dos outros Órgãos da Componente de Defesa não será afetada por este alinhamento, continuando o seu acolhimento a obedecer ao critério da rotatividade pela ordem alfabética. Referiu que o alinhamento não deveria afetar o ciclo anual da Componente de Defesa, contemplando reuniões anuais sempre que se justifiquem, e bienais nos anos pares no Estado-Membro que Presidir à Componente de Defesa. Assim, a próxima reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados será acolhida por Angola em 2023 que assume o período transitório, e por São Tomé e Príncipe em 2024.

9



Referiu que as alterações ao Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa e aos Regimentos internos das Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados e dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados já haviam sido identificadas e aprovadas pelo SPAD, pelo que a proposta se encontrava em condições de ser submetida à aprovação dos Ministros da Defesa Nacional (**Anexo K**).

A Dra. Janine Lélis submeteu esta proposta bem como as alterações regimentais dela decorrentes à aprovação do plenário, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Ponto 4. Aprovação e ratificação de:

4.1 Propostas constantes da Declaração Final da 23.ª Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da CPLP e das Atas das XIV e XV Reuniões de Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP

4.2 Deliberações da XI Reunião do Conselho Consultivo do CAE/CPLP

4.3 Relatório de Atividades e de Contas de 2021 do CAE/CPLP

4.4 Plano de reajustamento de atividades para 2022 e proposta de Plano de Atividades para 2023 do CAE/CPLP

4.5 Conclusões da Reunião do VIII Fórum de Saúde Militar/CPLP

A Presidente do Órgão colocou as propostas referentes ao ponto 4.1 à consideração (**Anexos L, M e N**), tendo sido aprovados por consenso. Apresentou sucintamente os documentos e instrumentos de gestão elencados nos pontos 4.2, 4.3 e 4.4 (**Anexo O**), evidenciando a inauguração do Espaço "CPLP" e da Biblioteca do CAE/CPLP, bem como os eventos contemplados no Plano de atividades previsto para 2022 e 2023. Destacou as Reuniões da Componente de Defesa em que a direção do Centro esteve presente, bem como os eventos, cursos e visitas que promoveu, salientando o esforço e empenho colocados na profissionalização e capacitação dos seus quadros. Recordou a necessidade da regularização dos compromissos financeiros assumidos, pelos Estados-Membros, perante o Fundo Especial, por forma a que o Centro possa assegurar a continuidade do funcionamento e gestão regular das atividades previstas Também as Conclusões do VIII Fórum de Saúde Militar/CPLP (**Anexo P**) foram submetidas à apreciação.

Todas as propostas e documentos aqui em assunto foram aprovados por consenso.

10



Ponto 5. Fontes de financiamento da UE para programas de capacitação na área da Segurança e Defesa

Este ponto, inscrito na agenda por sugestão de Portugal, foi apresentado pelo Chefe de Seção Política da Delegação da UE na Cidade da Praia, Sr. Ignacio Sobrino que abordou os principais mecanismos e instrumentos financeiros disponíveis para o apoio aos países parceiros da UE nomeadamente aqueles da CPLP. Referiu a nova arquitetura orçamental da UE, e concretamente o novo Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional o IVCDCI – Europa Global, aludindo também ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e aos apoios já concedidos neste quadro. Terminou, dando a conhecer vários projetos que no âmbito da segurança marítima, portuária e alfandegária estão em curso com benefício para alguns dos países aqui representados (**Anexo Q**).

A Dr.^a Janine Lélis reconheceu a utilidade e pertinência desta informação, agradecendo esta apresentação e a divulgação de informação. Admitiu a multiplicidade de programas de financiamento e de projetos, e a necessidade do conhecimento atempado destas oportunidades que complementam o esforço de capacitação desenvolvido em âmbito nacional.

A apresentação foi, assim, bem-recebida, tendo a Ministra da Defesa Nacional de Portugal manifestado a disponibilidade do SPAD para apoiar os Estados-membros presentes na obtenção de mais informação sobre os financiamentos europeus disponíveis.

Ponto 6. Dinamização da Componente de Defesa

6.1 Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica (NVE);

6.2 Plano de Ação para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

6.3 Página de internet;

A Presidente do órgão convidou o Núcleo Permanente do SPAD a intervir para exposição do ponto da Dinamização da Componente e iniciativas que para ela concorrem. A Dr.^a Iara Silva Campos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, apresentou a Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (**Anexo R**), explanando que se



trata de um instrumento que colige e reflete os esforços dos Estados-Membros e demais órgãos da Componente de Defesa em dinamizá-la, que requer contribuição e envolvimento contínuo de todos, para que seja possível acompanhar os desenvolvimentos e resultados da atuação da Componente e, paralelamente, identificar novas áreas a explorar/domínios prioritários.

De seguida, com recurso a uma apresentação (**Anexo S**), deu nota do ponto de situação, nos vários Estados-Membros, do grau de implementação do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança aprovado na XX Reunião de MDN/CPLP, aprovado a 1 de junho de 2021. Recordou que este Plano prevê monitorizações anuais, sendo a primeira efetuada e apresentada no ciclo de decisão de 2023, momento em que já terá decorrido mais de um ano de implementação do Plano.

Foi, ainda, dada a conhecer, pela Dr.^a Maria do Rosário Penedos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, a nova página de internet da Componente de Defesa, ainda em construção, agradecendo os contributos já recebidos e relevando a importância do envolvimento e da apropriação de todos nesta iniciativa que se constitui como um projeto de todos e para todos.

A iniciativa foi bem acolhida, tendo sido reconhecido o potencial para a projeção e visibilidade do trabalho desenvolvido pelos Órgãos da Componente.

A Dr.^a Janine Lélis assinalou a importância destes mecanismos e iniciativas, tendo apelado à necessidade de os Estados-Membros integrarem nos seus Planos de Atividades Nacionais, os compromissos da Comunidade, o que garante a execução dos mesmos.

Sobre a Matriz de atuação dos setores da Defesa em contexto COVID-19 nos Estados-Membros da CPLP, tomou boa nota da decisão dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados, na sua Reunião do dia anterior, de dar por concluído este exercício, reconhecendo o seu mérito para o reforço da resiliência da Componente de Defesa.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature on the left, several smaller initials in the center and right, and a small mark at the top right.



Ponto 7. Exercício FELINO:

7.1. Aprovação da Calendarização do Exercício nas modalidades na Carta (Guiné-Bissau) e com Forças no Terreno (Portugal), ambos em 2023

Foi confirmado o Exercício na Carta (EC) pela Guiné-Bissau e Exercício no formato Forças no Terreno (FT), por Portugal, ambos em 2023, tal como acordado na última reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas de 20 de abril.

7.2. Calendarização futura (confirmação de 2024/2025)

Recordou, igualmente, a previsão para o ciclo 2024/2025, com a Guiné Equatorial a assumir o Exercício na Carta (2024) e o Brasil a assumir o Exercício no formato Forças no Terreno (2025). Os Estados-Membros visados confirmaram essa disponibilidade.

Ponto 8. Colégio de Defesa:

8.1. 3.ª edição, em 2022 (Portugal, curso online)

8.2. Calendarização futura (confirmação de 2023; 2024; 2025)

Sobre este ponto, a Dr.ª Janine Lélis confirmou as disponibilidades já anunciadas para a realização das próximas edições do Colégio de Defesa. Assim, Portugal manifestou disponibilidade para acolher ainda este ano o Curso de Estudos Africanos, no formato *online*, estando a realização da 4.ª edição confirmada para 2023, por Moçambique.

Foi auscultada a disponibilidade dos Estados-Membros em acolher a 5.ª edição, tendo o Brasil mostrado recetividade para estudar a possibilidade de assumir esta edição em 2024. Foi, igualmente, registado o interesse manifestado por Angola em realizar a 6.ª edição, no ano de 2025.

Ponto 9. Acolhimento da XXII Reunião de MDN/CPLP (Angola)

Foi confirmado o acolhimento da XXII Reunião Ministerial, por Angola, obedecendo ao alinhamento aprovado nesta XXI Reunião.



Ponto 10. Diversos

Neste ponto, a Ministra da Defesa Nacional de Portugal confirmou a disponibilidade da Marinha Portuguesa em acolher, no último trimestre do ano, a VII Conferência das Marinhas da CPLP.

A Dr.^a Janine Lélis, recordando que a aprovação da Declaração Final da XX Reunião de MDN/CPLP teria ficado diferida para próximo encontro, propôs a sua ratificação e dos demais documentos aprovados na mesma. Foi, assim, circulada e assinada uma Declaração onde os Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados ou seus Representantes ratificam aquela Declaração Final e avocam as deliberações então aprovadas (**Anexo T**).

14



O Representante do Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria
da República de Angola



Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga

O Representante do Ministro de Estado da Defesa
da República Federativa do Brasil



Tenente-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara



A Ministra do Estado e da Defesa Nacional
da República de Cabo Verde

Dr.ª Janine Tatiana Santos Lélis

O Representante do Ministro da Defesa Nacional
Da República da Guiné Equatorial

Vice-ministro Candido Ncogo ENGONO NCHAMA



O Representante do Ministro da Defesa Nacional
da República de Moçambique

Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa

A Ministra da Defesa Nacional
da República Portuguesa

Professora Doutora Helena Carreiras

O Ministro da Defesa e Ordem Interna da
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Doutor Jorge Amado



ANEXOS

- A.** Agenda de Trabalhos da XXI Reunião de MDN da CPLP e Delegações
- B.** Informe do Diretor do CAE da CPLP
- C.** Intervenção do Representante do Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola
- D.** Intervenção do Representante do Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil
- E.** Intervenção da Ministra do Estado e da Defesa Nacional da República de Cabo Verde
- F.** Intervenção do Representante do Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné Equatorial
- G.** Intervenção do Representante do Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique
- H.** Intervenção da Ministra da Defesa Nacional da República Portuguesa
- I.** Intervenção do Ministro da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe
- J.** Proposta de constituição de uma célula CIMIC/CPLP para emprego conjunto em operações de paz
- K.** Proposta de Declaração sobre o Alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP
- L.** Declaração Final da 23.ª Reunião de CEMGFA da CPLP
- M.** Ata da XIV Reunião de DPDN da CPLP
- N.** Ata da XV Reunião de DPND da CPLP
- O.** Documentos de gestão do CAE (Deliberações da XI Reunião do Conselho Consultivo do CAE; Relatório de Atividades e execução orçamental de 2021; Plano de reajustamento de atividades para 2022 e proposta de Plano de Atividades para 2023)
- P.** Conclusões do VIII Fórum de Saúde Militar
- Q.** Fontes de financiamento da UE para programas de capacitação na área da Segurança e Defesa
- R.** Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP
- S.** Apresentação com ponto de situação/reporte do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança
- T.** Declaração de ratificação da Declaração Final da XX Reunião de MDN/CPLP